



Assembléia dia 24

SinTPq convoca assembléia para a próxima quarta-feira, das 8h às 8h45 para deliberar sobre novos encaminhamentos do ACT

Após a última reunião no Ministério do trabalho, no último dia 18, o Sindicato convoca uma nova assembléia para deliberar sobre a Campanha Salarial.

A assembléia dos trabalhadores é soberana e foi em respeito a essa soberania que o SinTPq não assinou ainda o Acordo Coletivo pois foi aprovada a proposta de abono com a ressalva de que o SinTPq não o assinaria da forma como foi colocado.

O que ganhamos até agora?

Nessa campanha o CPqD não aceitou (pelo menos até agora) as principais reivindicações dos trabalhadores: aumento real, um Plano de Carreira justo e que funcione, coibição de demissão imotivada (ratificação da convenção 158 da OIT), dentre outras (reajuste no ticket de acordo com a inflação de alimentos, piso salarial, reajuste na TPPM, etc). Foram reivindicações construídas pelos trabalhadores, debatidas em duas assembléias (14 e 27 de agosto de 2009).

Não tivemos vitórias (reflexo das assembléias esvaziadas), mas graças a firmeza do Sindicato na mesa de negociação, também não tivemos retrocessos: o CPQD que no início propôs acabar com os 70% das férias

(como na campanha salarial anterior), recuou (veja histórico no verso). mantivemos os benefícios e avançamos em alguns, como o aumento na licença-maternidade conforme a nova legislação do governo Lula.

Sindicato cumpriu seu papel

A direção do CPqD tem que assumir a responsabilidade sobre as decisões que toma, já que se mantém intransigente diante das reivindicações dos trabalhadores. O Sindicato cumpriu seu papel ao querer fazer um acordo dentro da legalidade e agora vem cumprir novamente o papel de entidade representativa e democrática ao chamar uma nova assembléia para deliberar sobre essa nova situação.

Respeitar a decisão soberana da assembléia

O CPqD afirmou na reunião do MTE que a assembléia é soberana, concordamos e por isso cumprimos todas as decisões.

Ficam as perguntas: o CPqD aceitaria uma decisão soberana de paralisação ou chamaria novamente a polícia? Os gerentes que votaram na proposta da empresa cumpririam tal deliberação?

A decisão é sempre dos trabalhadores

Cabe aos trabalhadores decidirem: devemos tentar avançar nesta campanha ou aguardar a próxima? O que pensam os trabalhadores? O Sindicato colocará a proposta em votação e garantia de que, se aprovada, assina o ACT.

Na próxima segunda-feira, a diretoria se reúne na sede do Sindicato para decidir seu posicionamento. Uma alternativa à mão dos trabalhadores é entrar com dissídio coletivo na justiça do trabalho.

A garantia da democracia verdadeira implica em os trabalhadores poderem votar livremente pela sua própria cabeça. Muitos trabalhadores se dirigiram ao Sindicato afirmando se sentirem contrangidos em votar a proposta do SinTPq, pois seus gerentes estavam na assembléia vendo em que votavam.

Um trabalhador de uma área afirmou claramente estar decepcionado, pois seu gerente, antes da assembléia, coagiu abertamente os seus subordi-

nados a votarem na proposta da empresa.

Os cargos de confiança não deveriam participar da assembléia, mas o Sindicato, muito democrático, não restringe a participação.

Na assembléia de quarta-feira, antes da votação iremos solicitar a todos os cargos de confiança, que por ventura venham a participar da assembléia, que fiquem todos juntos, longe de seus subordinados. Caso contrário, a votação não será realizada.

Prêmio corporativo de 2008 (e de 2009)

Em um e-mail enviado há mais de nove meses, o CPQD se comprometeu que pagaria o prêmio tão logo a situação da empresa se regularizasse.

Cadê nosso prêmio então?

E o dinheiro economizado com o plano de austeridade? O dinheiro do prêmio, que é dos trabalhadores, foi usado pela Fundação nestes nove meses. O



Prêmio será corrigido desde abril ?

O Sindicato protocolará hoje uma carta para o CPQD solicitando o imediato pagamento do prêmio referente a 2008 e ainda solicitando uma reunião para negociar o valor do prêmio de 2009.

Já que o CPQD se recusou a incluir no Acordo Coletivo cláusula sobre o prêmio, aceita negociar com os trabalhadores?

ACOMPANHE A HISTÓRIA DESTA CAMPANHA SALARIAL

14/08/09 – 1ª assembléia para definição da pauta de reivindicações.

27/08/09 - Assembléia de fechamento da Pauta de Reivindicações.

01/09/09 – Sindicato protocola Pauta no CPqD e pede reunião de negociação. Antecipa em 60 dias a data-base.

01/10/09 – 1ª reunião de negociação para agenda de negociações. CPqD e SinTPq definem que a última reunião seria em 13/10.

05/10/09 – 2ª reunião: SinTPq trata de cláusulas econômicas, conforme decidido em assembléia. CPqD apresenta sua primeira proposta: IPCA a partir de janeiro, abono pago em janeiro (“alternativa 2”) e o fim dos 70% de férias com a incorporação da diferença.

08/10/09 – 3ª reunião trata de benefícios e cláusulas sociais, cumprindo o cronograma pré-definido.

13/10/09 – 4ª reunião e negociações não avançam. CPqD não concorda com vários itens da Pauta dos trabalhadores. Nova reunião é agendada para 22/10 com a empresa sinalizando que poderia melhorar a proposta.

22/10/09 – Reunião não acontece pois é desmarcada pelo CPqD.

09/11/09 – CPqD retira proposta de abono e propõe apenas o reajuste pelo IPCA a partir de novembro (“alternativa 1”). Sindicato pede que seja melhorada a proposta.

16/11/09 – Negociações retomadas mas sem nenhum avanço.

26/11/09 – Assembléia rejeita a proposta do CPqD (‘alternativa 1’). Sindicato solicita retomada das negociações.

02/12/09 – CPqD não aceita nenhuma das reivindicações (aumento real, tabela TPPM, reajuste maior no ticket, etc).

09/12/09 – Depois de 04 meses, o CPqD não avança e reapresenta a proposta do abono. Sindicato alerta para a possível ilegalidade de utilização de verbas destinada a fundos sociais e futuros prejuízos para os trabalhadores.

SinTPq informa que não irá apresentar a proposta sem antes ter um posicionamento dos órgãos competentes.

21/12/09 – CPqD não aceita adotar uma política salarial e quer pagar abono. Sindicato insiste em reajuste e aumento real.

13/01/10 – Nova assembléia apresenta a proposta do SinTPq (4,17% em novembro, 1% de aumento real e abono de R\$ 1.600) contra a proposta (“alternativa 2”) da empresa com a ressalva de que o SinTPq não assinaria o acordo. Por uma diferença de três votos vence a proposta do CPqD. Sindicato, conforme decidido, não assina o ACT.

14-15/01/10- CPqD solicita ao MTE que o ACT seja registrado sem a assinatura do Sindicato. Mostra um total desconhecimento da legislação.

18/01/10 – Sindicato solicita que o Ministério do Trabalho convoque uma mesa redonda com o CPqD para decidir sobre o assunto. MTE marca a mesa redonda para 04/02.

03/02/10 – CPqD pede ao MTE adiamento da mesa redonda, que é reagendada para o dia 08.

04/02/10 – Comunicado interno do CPqD traz informações incorretas e omite que pediu o adiamento da mesa redonda.

08/02/10 – Mesa redonda no MTE. Mediadora confirma a possibilidade do abono ser ilegal. Sindicato propõe incluir no ACT : **a)** que o CPqD assuma total responsabilidade sobre qualquer questionamento feitos a órgãos fiscalizatórios e MPT; **b)** que o Abono Indenizatório é composto pela diferença da correção salarial não aplicada aos salários de novembro e dezembro de 2009, do 13º salário e os seus reflexos. CPqD solicita uma semana para analisar a proposta do Sindicato. Nova reunião é marcada para o dia 18/02.

18/02/10 – Reunião no MTE: CPqD aceita item “a” (acima) proposto pelo Sindicato e recusa item “b”. Sindicato informa que levará para decisão em uma nova assembléia uma vez que a assembléia anterior decidiu pela não assinatura. SinTPq solicitou ainda alteração na cláusula de licença-maternidade aceita pelo CPqD

Abaixo-assinado no CPQD: alguns esclarecimentos

O funcionário do CPQD, Paulo César Luz de Moraes, passou um abaixo-assinado na última semana dirigido ao SinTPq requerendo “que o Sindicato assine o Acordo Coletivo de Trabalho 2009-2010, que foi aprovado em assembléia dos empregados”. O abaixo-assinado (que teve baixa adesão inclusive) foi recebido pelo Sindicato pelas mãos do Gerente de RH, Gino Rossi, durante a reunião no MTE no dia 18 (que solicitou a anexação ao processo de mediação), na mesma data Paulo César protocolou o abaixo-assinado na sede do Sindicato.

Porém, o documento protocolado junto com o abaixo-assinado pede algo diferente do conteúdo que os trabalhadores assinaram e consta que o funcionário Paulo César intitula-se “representante dos funcionários”.

Diante disso, o Sindicato se posiciona:

a) A assembléia de 13/01 aprovou a proposta “alternativa 2” do CPqD com a ressalva de que o SinTPq não assinasse o ACT, portanto, estamos cumprindo a decisão da assembléia.

b) Não foi realizada nenhuma eleição no CPqD de representante sindical, embora o sindicato reivindique que a empresa permita no Acordo Coletivo que possamos

ter representantes sindicais eleitos por voto direto com estabilidade sindical.

c) Ao ser questionado durante reunião no MTE se reconhece Paulo César como representante dos funcionários, o CPqD afirmou que não o reconhece como tal (verificar a ata que publicaremos na íntegra no site do sindicato: www.sintpq.org.br).

Avaliação do Sindicato

O SinTPq avalia que o instrumento democrático é a discussão das reivindicações dos trabalhadores em assembléias. Entende também que é legítimo trabalhadores se dirigirem ao Sindicato através de abaixo-assinado, sem, evidentemente, dar conhecimento à empresa.

Também foi uma atitude positiva do gerente do Paulo, do diretor da DLIR e da direção do CPqD não fazer qualquer impedimento para o colega viabilizar a passagem do abaixo-assinado pelo CPqD durante o expediente de trabalho, sem qualquer desconto em seus rendimentos.

Convidamos inclusive a todos os sindicalizados que queiram se posicionar junto ao Sindicato com proposta diferentes da posição da direção do SinTPq, a se manifestar, inclusive, no boletim e no site do Sindicato.

Assembléia quarta-feira

24/02 - das 8h às 8h45